



Senado aprova desoneração menor para baratear diesel

Objetivo é pôr fim à greve dos caminhoneiros. Governo se comprometeu a vetar trecho do projeto que zera até o fim do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo

O projeto que retira diversos setores da lista de beneficiados com desoneração da folha de pagamentos foi aprovado ontem pelo Senado. A proposta faz parte do acordo com os caminhoneiros para dar fim à greve, com a redução no preço do diesel.

O texto segue para sanção. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que o presidente Michel Temer se comprometeu a vetar o trecho que zera até o fim do ano a cobrança de PIS/Cofins, porque esses tributos ajudam a pagar o seguro-desemprego e a seguridade social.



Marcos Brandão/Senado Federal

Eunício Oliveira e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (3º e 4º à esq.), defenderam a atuação do Congresso na busca de soluções negociadas para a crise

Ao Congresso, Moreira diz que governo quer reduzir variação de preços

Na comissão geral do Congresso, reunida ontem para debater a crise, o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, afirmou que o governo estudará uma forma

de reduzir a volatilidade dos preços dos combustíveis ao consumidor. Para isso, explicou, será necessário modificar a estrutura de tributos federais — PIS/Co-

fins e Cide — sobre diesel, gasolina, álcool e gás. Convidados destacaram o peso dos impostos e senadores da oposição criticaram a atuação do governo.

Representante do Ministério da Fazenda, Marcos José Mendes disse que o preço do diesel no Brasil não é diferente do que é praticado em todo o mundo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eduardo Guardia e Tasso Jereissati debatem preço do diesel em audiência

Ministro afirma que subsídio não virá de aumento de impostos

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que não haverá aumento de impostos para subsidiar os R\$ 0,46 de redução no preço do diesel. Em audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, Guardia explicou que as verbas virão do fim da

desoneração, de cortes orçamentários em outras áreas e da redução das alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre o combustível. Ele defendeu o livre mercado e a flutuação do preço dos combustíveis de acordo com o valor do petróleo no mercado internacional.

Informações sobre acordo da Petrobras com estrangeiros serão pedidas ao TCU

Senadora quer ouvir presidente da Petrobras sobre política de preços

Projeto sobre esporte nas escolas segue para a Câmara

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto que destina mais recursos das loterias esportivas para o desporto escolar e busca integrar o sistema esportivo nacional com as escolas. O projeto deve seguir agora para a Câmara.

Pela proposta, do adicional de 4,5% do valor de cada bilhete lotérico que é repassado ao Ministério do Esporte, um terço deverá seguir para as secretarias de Esporte estaduais. **8**

Comissão mista aprova MP do Ministério da Segurança Pública

A medida provisória que criou o Ministério da Segurança Pública foi aprovada ontem pela comissão mista, na forma de projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, senador Dário Berger. A medida, que teve vigência prorrogada até 26 de junho, ainda precisa ser votada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Entre as emendas acolhidas pelo relator, está a que suprime o termo “extraordinário” da denominação da nova pasta. A intenção é que o novo ministério não seja “provisório, mas, sim, definitivo”, conforme o relator. Também foram acolhidas emendas que mantêm a Polícia Ferroviária Federal e a guarda portuária no âmbito do ministério. **7**

Escolas podem ter de calcular índice de educação **8**

Plenário deve votar verbas para urbanizar favelas **6**

Falta de dados prejudica povos ciganos, dizem debatedores

Em audiência pública sobre o Estatuto do Cigano, na Comissão de Direitos Humanos, debatedores disseram que a defasagem de dados prejudica a aplicação de políticas públicas voltadas para a população cigana.

Desde 2014, os povos ciganos não aparecem nas pesquisas municipais do IBGE. Para os debatedores,

a atualização desses dados é importante para iniciar diálogo com gestores públicos.

Segundo Natasha Barbosa, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, há pelo menos três etnias ciganas no país: calon, rom e sinti. Os acampamentos ciganos encontram-se em 291 municípios, localizados em 21 estados. **7**

MP do crédito para irrigação passa em comissão **7**

Identidade digital nacional é lançada no Senado **2**

Carteira de identificação digital é lançada no Senado

O aplicativo de celular do Documento Nacional de Identidade, que reúne CPF, RG e título de eleitor, ficará disponível nacionalmente em julho para quem fez cadastro biométrico na Justiça Eleitoral

FRUTO DE PARCERIA entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Documento Nacional de Identidade (DNI) foi apresentado oficialmente, no Senado, ontem, em solenidade. Válida em todo o território brasileiro, a carteira digital no celular vai permitir a integração de outros documentos, como CPF e título de eleitor, reduzindo o risco de fraudes. O DNI foi oferecido em projeto-piloto para parlamentares e servidores do Congresso Nacional. Para a população em geral, será lançado em julho.

O senador Dário Berger (MDB-SC), que representou o Senado no comitê gestor do projeto, foi o primeiro a fazer seu documento eletrônico: Segundo ele, a intenção é que o DNI substitua todos os outros documentos, facilitando a vida dos brasileiros com um sistema seguro e eficiente.

— É algo moderno, inovador e seguro, que vai revolucionar o sistema de identificação das pessoas no Brasil. Com a identificação digital, uma pessoa não conseguirá ter mais de uma carteira de identidade. Para o setor público, vai eliminar cadastros duplos e falsificações e vai gerar economia para os governos — afirmou o senador.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou a



Eunício Oliveira elogia o esforço feito pelos Poderes para lançar a carteira

integração dos três Poderes para a realização do projeto. Para reforçar a importância da iniciativa, ele citou o exemplo de um traficante de São Paulo que obteve sem dificuldades um novo documento de identidade e, com isso, conseguiu viver por cinco anos no Ceará sem levantar suspeitas. Segundo Eunício, situações como essa não vão se repetir depois da adoção do DNI.

Economia

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, também destacou o fato de o DNI evitar a duplicidade de identidades e contribuir para a economia de recursos públicos, evitando, por exemplo, fraude no pagamento de benefícios sociais. Para ele, a iniciativa também demonstra a harmonia dos Poderes.

Originado da Lei 13.444, de 2017, que instituiu a Identidade Civil Nacional, o DNI estará disponível para quem já fez o cadastro biométrico na Justiça Eleitoral. O acesso é feito por aplicativo a ser instalado em um smartphone com os sistemas operacionais Android ou IOS, contendo foto, biometria e número do CPF.

O documento é protegido por senha, não sendo possível gravá-la no aplicativo. Também não há vinculação com o chip do celular, e as informações não ficam na memória do aparelho. No caso de extravio do celular, o cidadão pode pedir a desvinculação do documento e solicitar a habilitação em outro celular.

Os dados ficarão na base da Identificação Civil Nacional, resguardados pelo TSE e pelo Serpro.

Publicada lei do fundo para compensação ambiental

Foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União*, a Lei 13.668, que autoriza o Instituto Chico Mendes (ICMBio) a selecionar, sem licitação, um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. O fundo financiará unidades federais de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental (APAs).

O texto entrou ontem mesmo. A norma tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2018, decorrente da Medida Provisória 809/2017. O projeto foi aprovada no Senado no dia 8 de maio.

A compensação ambiental é prevista na lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC — Lei 9.985, de 2000) e é paga pelos responsáveis por empreendimentos com significativo impacto ambiental, como a construção de grandes fábricas ou hidrelétricas.

Equivalente a um percentual do valor do empreendimento, essa quantia é usada para criar ou administrar unidades de conservação de proteção integral, compostas por áreas com restrição ou proibição de visitação pública.

A ideia por trás da compensação é que o empreendimento custeie o abrandamento ou o reparo de impactos ambientais relacionados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Se o empreendedor obrigado a pagar a compensação depositá-la diretamente no fundo, ele será dispensado de executar medidas em valor equivalente.

Alterações

O relator, Jorge Viana (PT-AC), promoveu várias alterações no texto. Uma delas é a permissão para que serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais sejam concedidos para a exploração de visitação.

Na execução dos recursos do fundo, o banco escolhido poderá realizar as ações estabelecidas pelo ICMBio de forma direta ou indireta, inclusive por meio de parceria com banco oficial regional. O banco também ficará responsável pelas desapropriações de imóveis privados que estejam em unidades de conservação beneficiadas pelos recursos.

A mudança resolve entraves jurídicos apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que entendeu não haver previsão legal para pagamento em dinheiro da compensação ambiental.

Segundo o ICMBio, o fundo permitirá utilizar R\$ 1,2 bilhão atualmente represados. Desse total, cerca de R\$ 800 milhões seriam destinados à regularização fundiária das unidades de conservação. O restante deverá ser investido na implementação das unidades.

— Não queremos mais unidades de conservação só no papel — declarou Viana.

Lotéricos e Caixa fecham acordo sobre remuneração de serviços

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou o acordo fechado entre a Caixa e a Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (Febralot). O acordo permite o reajuste dos valores pagos pela instituição bancária aos permissionários lotéricos no recebimento de boletos, faturas de concessionárias de serviço público e outros convênios. O termo de compromisso entre os presidentes da Caixa, Nelson Antônio de Souza, e da Febralot, Jodismar Amaro, foi assinado ontem.

— Saída negociada não tem perdedor, só vencedor

— afirmou Eunício.

O presidente do Senado vem intermediando o entendimento entre as partes desde que o PLC 1/2018, que trata do reajuste, chegou ao Senado em fevereiro deste ano. Também participaram das negociações os autores do projeto, deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Goulart (PSD-SP), o relator e líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), e o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Beto Mansur (MDB-SP).

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Rose apoia treinamento de primeiros socorros nas escolas

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) registrou a aprovação do PLC 17/2018 pela Comissão de Educação (CE). A proposta, relatada por ela, torna obrigatório o treinamento em primeiros socorros dos profissionais que atuam em escolas para crianças.

O projeto teve origem na morte do menino Lucas Beggali Zamora, de 10 anos, que em setembro engasgou com um lanche num passeio da escola, em Campinas (SP). Rose disse esperar que a aprovação possa evitar novas mortes acidentais.

HÁ 30 ANOS

Capítulo sobre os índios encerra texto permanente da Constituição

Com a votação do capítulo "Dos Índios", o Plenário deve concluir na próxima semana o texto permanente da nova Constituição, informava o *Jornal da Constituinte* de 30 de maio de 1988. Depois seria iniciada a votação do Ato das Disposições Transitórias. O jornal relatava a aprovação em 1º turno, na semana anterior, de quatro capítulos: "Da Ciência e Tecnologia", "Da Comunicação", "Do Meio Ambiente" e "Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso".

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte49>

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

<p>CAS Combate às drogas nas cidades 9h Entre 18 itens, o PLS 304/2016, que destina mais recursos aos municípios para combater às drogas.</p> <p>CDR Zona Franca Verde 9h O PLS 68/2016, que trata da isenção de imposto para Zona Franca Verde, é um dos 7 itens.</p> <p>PLENÁRIO Sessão deliberativa 10h Na pauta, o PLS 330/2013, sobre o uso e a proteção de dados pessoais.</p> <p>CCJ Despesas com presos 10h Na pauta, o PLS 580/2015, que obriga preso a ressarcir despesas com sua manutenção, e mais 22 itens.</p>	<p>CPI DOS CARTÕES Bancos 10h05 Audiência interativa com representantes dos bancos.</p> <p>CE Crise nas universidades 10h30 Audiência interativa sobre a crise financeira nas universidades federais.</p> <p>CTFC Isenção de carência 11h Entre 7 itens, o PLS 502/2017, que isenta beneficiário de planos de saúde de cumprir carência em caso de urgência.</p> <p>CDH Brinquedos adaptados 11h30 O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para criança com deficiência em shoppings, é um dos 16 itens. Às 14h, debate sobre violência nas escolas.</p>
--	--

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado reduz desoneração para pôr fim à greve

Projeto faz parte de acordo com caminhoneiros. Trecho que zera a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo diesel será vetado por Temer, informou o presidente do Senado

O SENADO APROVOU ontem um projeto que retira diversos setores da economia da lista dos beneficiados com desoneração da folha de pagamentos. A proposta segue para sanção, com a garantia do presidente Michel Temer de vetar o dispositivo que zera até o fim do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, segundo informou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Acordamos que o presidente da República, com os seus ministros, faria a substituição dos itens PIS e Cofins, que estão contidos no projeto. Eles apresentariam outras fontes, através de decreto — explicou.

O projeto aprovado (PLC 52/2018) faz parte do acordo com os caminhoneiros para dar fim à greve, com a redução de R\$ 0,46 no preço do óleo diesel. Pela proposta, serão reonerados o setor hoteleiro, o comércio varejista (exceto calçados) e alguns segmentos industriais, como o de automóveis. Também terá fim a desoneração no transporte marítimo de passageiros e de carga na navegação de cabotagem e na navegação de apoio marítimo e portuário, além de empresas que fazem operações de carga, descarga e armazenagem de contêineres. São reonerados ainda o transporte ferroviário de cargas e a prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária.

A desoneração permite que empresas deixem de recolher a alíquota de 20% de contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos e paguem percentual de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Das 56 atividades



Plenário debate proposta que reonera alguns setores da economia para permitir redução do preço do óleo diesel

Senadores destacam protagonismo de Eunício Oliveira

Senadores ressaltaram a atuação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, na votação e nas negociações para a aprovação da proposta.

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) salientou o “equilíbrio e a serenidade” durante o processo. Para Armando Monteiro (PTB-PE), Eunício atuou de forma “responsável e construtiva”.

Paulo Paim (PT-RS) admitiu não confiar em Temer, mas disse confiar na garantia do presidente do Senado. José Medeiros (Pode-MT) disse acreditar que o Senado deu a resposta que o Brasil precisava porque Eunício “demonstrou estar à altura do cargo”.

Para Antonio Carlos Valadares, o acordo só foi alcançado pelo aval de Eunício. Já Ran-

dolfe Rodrigues afirmou que, “no momento de acefalia, o senhor assumiu um papel de liderança que a Casa espera”.

Eunício agradeceu a todos os senadores pelo empenho.

— Eu me coloquei nos bastidores, e não atrás do protagonismo. Essa mediação não foi feita para enganar ninguém, mas para garantir a democracia.

econômicas hoje desoneradas, metade será mantida e outra metade voltará à contribuição previdenciária tradicional.

Após 90 dias da publicação da futura lei, as empresas que saírem da tributação sobre a receita bruta pagarão à Previdência Social contribuição de 20% sobre a folha de pagamento.

O projeto foi votado em regime de urgência e teve voto favorável do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele infor-

mou que a reoneração vai gerar aumento de R\$ 5,7 bilhões na arrecadação, que ajudarão a bancar o desconto no diesel. Mas avisou que o governo vai ter que achar outras fontes para completar os R\$ 9,5 bilhões necessários para atender a reivindicação dos caminhoneiros.

O líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), defendeu a aprovação da proposta, garantindo que o Executivo vetará o trecho sobre PIS/Cofins.

Senadores protestaram contra a isenção de PIS/Cofins no diesel, afirmando que ela pode prejudicar a população. Para eles, o governo precisa encontrar outros meios para garantir a redução do preço do óleo sem prejudicar áreas importantes e que atendem os mais pobres. Os recursos do PIS ajudam a pagar o seguro-desemprego e os da Cofins bancam a seguridade social. Entre os que criticaram a isenção, estão Lin-

Plenário pede ao TCU informações sobre acordo da Petrobras

O Plenário também aprovou ontem um pedido de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o acordo firmado entre a Petrobras e um grupo de investidores americanos.

O TCU vem acompanhando as providências da Petrobras em relação ao acordo firmado com os investidores no processo da Corte Federal de Nova York, nos Estados Unidos. O acordo, acertado em janeiro, tem como objetivo encerrar uma ação coletiva movida por investidores americanos por perdas provocadas após a descoberta do esquema de corrupção investigado pela Lava Jato.

O requerimento (RQS 325/2018) é de Otto Alencar (PSD-BA). Ele lembra que o pagamento de cerca de R\$ 10 bilhões pela Petrobras terá impacto no resultado da companhia no fim de 2017.

bergh Farias (PT-RJ), Humberto Costa (PT-PE), Alvaro Dias (Pode-PR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Também participaram dos debates Paulo Bauer (PSDB-SC), Simone Tebet (MDB-MS), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Magno Malta (PR-ES), Telmário Mota (PTB-RR) e outros.

Subsídio ao diesel não causará aumento de impostos, diz ministro

O equívoco na política de reajustes de preços dos combustíveis da Petrobras, que ignorou a incapacidade da sociedade de pagar um insumo dolarizado, resultou na crise dos últimos dias, avaliaram senadores ontem em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. O ministro explicou que as fontes para os recursos que vão subsidiar os R\$ 0,46 na redução do preço do óleo diesel não virão do au-

mento de impostos, mas sim do fim da desoneração, de cortes orçamentários em outras áreas e da redução das alíquotas do Pis/Cofins e da Cide sobre o combustível. Mas os senadores da oposição criticaram o corte ter sido feito em tributos destinados à seguridade social.

— Se o governo de Dilma Rousseff errou pelo exagero na intervenção e no tabelamento dos preços, a atual gestão peca pelo outro extremo, repassando tudo para a população — opi-

nou Lúcia Vânia (PSB-GO).

A oposição lembrou que a Petrobras é estatal e precisa atuar com valor social, em prol do cidadão. Governistas defenderam um equilíbrio, sem intervenção ou alinhamento de preços, mas sem pensar só no lucro. Os senadores concordaram que os reajustes diários geram imprevisibilidade e instabilidade à economia e que a Petrobras precisa divulgar como os preços são estabelecidos e o lucro proveniente.

— A apropriação da Petrobras levou-a a exagerar na dose. O remédio pode virar veneno — disse Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Para Omar Aziz (PSD-AM), a política de preços da Petrobras não é compatível com a renda do povo brasileiro.

Guardia concordou que a política de correção trouxe instabilidade, “tanto que os reajus-

tes serão mensais após o ciclo de dois meses sem correção”. Mas frisou que as elevações de preço são decorrentes da flutuação do preço do petróleo no mercado internacional.

— Nós acreditamos em livre mercado, não na intervenção governamental. Qualquer redução de preço deve ser feita pelo Orçamento da União.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lindbergh Farias (PT-RJ) defenderam a ampliação da taxa da CSLL, eliminando a isenção concedida às petroleiras, e a aprovação do tributo sobre grandes fortunas.

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que o Brasil precisa mudar e tributar o lucro, em vez de renda e produção. E Roberto Requião (MDB-PR) afirmou que os combustíveis são preços públicos e que o governo precisa, sim, intervir.

Comissão quer ouvir Pedro Parente e Moreira Franco

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou requerimentos ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) para ouvir o presidente da Petrobras, Pedro Parente, e o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco. A senadora quer saber, por exemplo quem vai arcar com os custos da redução de preço do diesel.

— O governo diz que tem que ser o governo porque a Petrobras, por ser uma empresa de capital aberto, não teria condições de suportar.

O presidente da CI, Eduardo Braga (MDB-AM), criticou a política de preços dos combustíveis, que, segundo ele, acabou transferindo o ônus para o consumidor.

— Os preços estão acima do mercado internacional.



Ministro Eduardo Guardia e Tasso Jereissati discutem preço do diesel

Governo quer reduzir variação de preços dos combustíveis, diz ministro

Congresso discutiu ontem a crise no setor. Moreira Franco defendeu a revisão de tributos e reafirmou manutenção da atual política da Petrobras

O MINISTRO DE Minas e Energia, Moreira Franco, afirmou ontem, na comissão geral do Congresso Nacional, que será estudada uma proposta para reduzir a volatilidade dos preços dos combustíveis para o consumidor. Para isso, informou Franco, será necessário modificar a estrutura tributária incidente sobre esses produtos, que envolve tributos federais — PIS/Cofins e Cide — e o principal imposto estadual, o ICMS.

Antes do debate, proposto pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira, defenderam a atuação do Congresso na busca de soluções negociadas para o movimento dos caminhoneiros, que reclamam do alto preço do óleo diesel. Parte da categoria aceitou proposta do Poder Executivo, que prevê congelamento do preço por 60 dias e, depois, reajustes mensais, mas outros caminhoneiros mantêm bloqueios nas estradas há nove dias.

— O governo elevou equivocadamente a PIS/Cofins — declarou Aleluia, citando medida tomada em julho de 2017, que praticamente dobrou esses tribu-

tos sobre a gasolina e o diesel e foi um dos estopins da insatisfação dos caminhoneiros. O deputado criticou a disparidade das alíquotas de ICMS nos estados, que variam de 25% a 34% na gasolina e de 12% a 25% no diesel.

Franco disse que a tributação sobre os combustíveis “não é saudável” para os estados e que precisa ser discutida. O ministro reafirmou a manutenção da atual política de preços da Petrobras, com variações diárias em decorrência da taxa de câmbio e do valor do petróleo no mercado internacional. Segundo o ministro, isso é necessário para a recuperação da empresa, já que subsídios nos combustíveis praticados no passado teriam causado prejuízo de US\$ 40 bilhões, segundo ele.

Ajustes

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, defendeu a política de preços da Petrobras e criticou o peso dos impostos sobre os combustíveis. Em linha com Franco, ele apoiou ajustes na carga tributária para evitar a volatilidade no preço ao consumidor. Quando o preço subir R\$ 0,50, comentou

Pires, a carga tributária deveria cair R\$ 0,50, e vice-versa.

A criação desse “colchão”, segundo Pires, deveria começar com a alíquota zero para PIS/Cofins — medida que valerá para o diesel nos próximos 60 dias, conforme o acordo com os caminhoneiros.

— A população só vai entender quando governo anunciar redução dos tributos — continuou.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, afirmou que a realidade tarifária e a competitividade são essenciais, porém concordou que ajustes nos impostos podem ajudar a reduzir as variações de preço ao consumidor.

O chefe da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda, Marcos José Mendes, argumentou que o preço do diesel no Brasil não destoa do mundo, assim como os impostos sobre o produto não são altos quando se consideram outros países.

— Não podemos tomar medidas definitivas que criem outras distorções — disse, lembrando que o acordo com os caminhoneiros custará para os contribuintes R\$ 13 bilhões até o final do ano, o equivalente a um terço

do Programa Bolsa Família.

Segundo Mendes, o aumento do preço do barril de petróleo — que na semana passada rondou US\$ 80, o maior nível desde 2014 — e a desvalorização do real poderiam ter sido repassados para o preço do frete, ameaçando as perdas dos caminhoneiros, mas isso não aconteceu devido ao excesso de profissionais no setor.

Crédito

Mendes acrescentou que a oferta de crédito para a compra de caminhões fez com que a frota no Brasil aumentasse 207% de 2005 a 2011.

— Isso não vai ser resolvido com redução de tributos, será necessária a retomada da economia para absorver o excesso de frete.

O secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia, João Vicente de Carvalho Vieira, também defendeu a política de preços livres no setor.

— Depois que o governo colocou preço para o diesel na bomba, no acordo com caminhoneiros, houve queda de mais 30% nas ações da Petrobras, o que é um desastre para empresa e para o país — afirmou.



Ao lado de Rodrigo Maia, Eunício Oliveira (2ª e 3ª à dir.) preside a comissão geral que discutiu a crise no setor de combustíveis

No entanto, Vieira justificou a medida, porque “momentos de crise exigem soluções específicas”.

Para o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, as tentativas de controle de preços sempre geram resultados ruins. Por isso, o Cade tem restrições ao preço mínimo do frete acertado com caminhoneiros. Ontem, o Cade lançou um estudo sobre combustíveis, que será encaminhado ao Congresso.

Os representantes das distribuidoras de combustíveis e dos postos de gasolina também apoiaram a política de preços livres. Em comum, defenderam a unificação das alíquotas de ICMS, o que poderia reduzir a sonegação e a inadimplência fiscal.

— A solução é um percentual único para todo o Brasil, isso acabaria com as distorções — sustentou o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo de Mato Grosso, Aldo Locatelli, .

— A solução é um percentual único para todo o Brasil, isso acabaria com as distorções — sustentou o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo de Mato Grosso, Aldo Locatelli, .

Manutenção

No Plenário da Câmara, onde foi realizada a comissão geral, da tribuna, o caminhoneiro Wanderlei Loureiro Alves, conhecido como Dedeco, anunciou que está mantida a greve dos caminhoneiros autônomos.

— Se o caminhoneiro decidir que não há acordo, continua a paralisação — disse, pedindo apoio à população.

Segundo ele, apesar dos bloqueios, o tráfego de cargas essenciais, como alimentos e combustíveis, tem sido liberado pelos manifestantes.

Já o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, criticou a afirmação de Dedeco. — Estou estarecido. Vim pedir ação rápida para acabar com a infiltração no movimento, para acabar com essa pouca vergonha. Se não for resolvido até o feriado, aí é que o Brasil vai pegar fogo — afirmou.

Ligado aos cegonheiros do Paraná, Dedeco afirmou que controla, nas redes sociais, 128 grupos de caminhoneiros. Lopes questionou a liderança de Dedeco sobre a categoria. Segundo ele, os verdadeiros caminhoneiros reconhecem e apoiam o acordo feito com o governo.

Com Agência Câmara

Nota

Os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, da Câmara, Rodrigo Maia, e da República, Michel Temer, emitiram ontem nota oficial conclamando os caminhoneiros, que tiveram as reivindicações atendidas, e os demais manifestantes a voltarem ao trabalho. Os três pedem a retomada do abastecimento, em especial nos setores de alimentação, medicamentos e combustíveis.

Em face do acordo firmado para pôr fim à greve dos caminhoneiros, que tiveram as suas reivindicações acolhidas, os presidentes da República, Michel Temer, do Senado Federal, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, conclamam todos os envolvidos nas manifestações a retomarem ao trabalho e propiciarem normalidade à vida de todos os brasileiros.

Há necessidade indispensável de abastecer todos os setores da economia nacional, particularmente aos que dizem respeito a alimentação, medicamentos e combustíveis.

Importante ainda evitar que, tendo alcançado seus objetivos, esse movimento venha a ser usado com objetivos políticos. Temos certeza de que o desejo de toda família brasileira é garantir a normalidade do abastecimento e assegurar a retomada da economia.

Neste momento, os Poderes Executivo e Legislativo estão unidos na defesa dos interesses nacionais. Assumem o compromisso de aprovar e colocar em prática, no menor tempo possível, todos os itens do acordo.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Chegou a hora do entendimento, defende Valdir Raupp

O entendimento é a melhor saída para dar fim à crise de abastecimento que atinge o país, disse Valdir Raupp (MDB-RO). Para ele, as medidas do governo atendem, ao menos em parte, as reivindicações dos caminhoneiros, o que já é motivo para que suspendam a greve.

— Enquanto continua o governo trabalhando para ver o que pode melhorar ainda mais nas propostas apresentadas, chegou a hora do entendimento.



Raupp de São Agostinho, Senado

Lindbergh pede esquerda nas ruas contra “golpistas”

Lindbergh Farias (PT-RJ) apelou às forças de esquerda e aos apoiadores do ex-presidente Lula para que tomem as ruas contra os movimentos de “golpistas” e adeptos da intervenção militar — que, embora minoritários, “requerem cuidados”, segundo o senador.

Ele acusou o presidente da Petrobras, Pedro Parente, de ter cedido ao interesse de acionistas ao implementar a “loucura” dos aumentos frequentes dos preços.



Raupp de São Agostinho, Senado

Congresso deve agir rápido para solucionar crise, afirma Paim

O Congresso deve agir com rapidez para ajudar a solucionar a greve dos caminhoneiros, aperfeiçoando as MPs 831, 832 e 833, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador ressaltou que o papel do Poder Legislativo não é o de aprovar automaticamente o que vem do Poder Executivo.

— Quando vem uma medida de lá pra cá, ela não vem perfeita. Nessas três medidas provisórias, nós podemos muito bem, ouvindo os segmentos, buscar o grande acordo, a grande concertação em nível nacional.

Para Telmário, governo Temer é ilegítimo e incompetente

Telmário Mota (PTB-RR) acusou o governo de Michel Temer de não ter legitimidade nem competência para resolver o problema dos preços dos combustíveis, que desencadeou a greve dos caminhoneiros.

Para o senador, o repúdio ao governo faz com que o povo apoie o movimento grevista, apesar das privações pelas quais vem passando.

— O Planalto só se movimenta para desacreditar o Exército.



Raupp de São Agostinho, Senado

Medeiros propõe amplo debate sobre preços de combustíveis

José Medeiros (Pode-MT) defendeu ontem a realização de um amplo debate sobre a política de preços da Petrobras na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Segundo ele, o principal problema são os altos impostos sobre os combustíveis. O senador criticou os que propõem soluções mágicas para o problema, embora tenham sido, no passado, os responsáveis pela situação de dificuldades da estatal.



Raupp de São Agostinho, Senado

Senador defende convocação de diretores da ANP

Em discurso na segunda-feira, José Medeiros (Pode-MT) pediu a convocação dos diretores da ANP para explicar qual tem sido a atuação deles no órgão. O senador criticou o que chamou de omissão da agência frente à política de preços da Petrobras em relação ao diesel, à gasolina e ao álcool.

— Cadê a ANP? Parece que não existe. Desejo convocar ou convidar os diretores da agência, que foram sabatinados por nós quando foram indicados. Agora eles somem e fica um silêncio.

Paulo Rocha apresenta proposta do PT para a política da Petrobras

Paulo Rocha (PT-PA) apresentou ontem a proposta do seu partido para solucionar a crise dos combustíveis. O PT, segundo o senador, propõe uma política de preços para a Petrobras que preserve o interesse nacional, proteja o consumidor e contribua para a redução da vulnerabilidade da economia.

Ele se manifestou contra a proposta de zerar a cobrança dos tributos PIS e Cofins, pois financiam a saúde e outras áreas.



Raupp de São Agostinho, Senado

José Maranhão apoia corte de impostos como medida paliativa

Rever impostos, em especial a generosa fatia do ICMS, é um instrumento interno de que podemos lançar mão para atenuar o problema sem maiores tardanças, segundo José Maranhão (MDB-PB). Para o senador, a produção de petróleo no Brasil vai bem, mas faltam recursos para transformar o produto em combustíveis, diante do expressivo aumento da demanda.

Ele afirmou que há 30 anos faltam investimentos em refinarias.



Raupp de São Agostinho, Senado

Lídice pede mudanças na política de preços adotada pela Petrobras

Segundo Lídice da Mata (PSB-BA), várias lideranças no Senado se posicionaram contra a redução do PIS/Cofins para a compensação da redução do preço do óleo diesel. A senadora acredita que esta renúncia fiscal prejudicará a população que necessita e que é necessário buscar outras fontes para cobrir a perda que a Petrobras terá.

Para Lídice, os parlamentares ainda estão angustiados com o preço do gás de cozinha.



Raupp de São Agostinho, Senado

Lasier destaca lições que caminhoneiros deixam para o país

Lasier Martins (PSD-RS) disse que a comissão geral do Congresso percebeu que o movimento dos caminhoneiros ensinou lições. Segundo o senador, ficou evidente a necessidade de uma reforma tributária, especialmente no que toca ao ICMS, e de diversificação da matriz de transportes do país.

— O Brasil não pode continuar dependendo exclusivamente do rodoviário, que consome combustíveis fósseis.



Raupp de São Agostinho, Senado

Para Muniz, solução da crise não pode prejudicar os estados

Para Roberto Muniz (PP-BA), uma das causas do desabastecimento é a escolha da matriz de transporte que privilegia as estradas. Outra causa foi o abandono de projetos importantes, como o etanol e a produção de gás natural, disse.

— É inaceitável o governo querer transferir para os estados a responsabilidade pela solução de uma crise gerada pela falta de presença da União na gestão da política de preços da Petrobras.



Raupp de São Agostinho, Senado

Valadares: falta ao governo credibilidade para resolver situação

Faltam ao governo legitimidade e credibilidade para conduzir negociações com os caminhoneiros, disse Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Mais planejamento e menos prepotência poderiam ter evitado a crise, disse. O senador pediu investimento em refinarias para proteger o país de oscilações do mercado internacional, e recomendou à Petrobras usar parte de seus lucros para reduzir o impacto da cotação elevada do petróleo.



Raupp de São Agostinho, Senado

Amorim propõe que produtor de etanol possa vender a postos

Eduardo Amorim (PSDB-SE) anunciou que apresentará projeto para revogar resolução da ANP que proíbe quem produz etanol de vendê-lo diretamente para os postos de combustível. A resolução, disse, estimula a burocracia e prejudica o consumidor, que acaba pagando o mais caro pelo etanol.

— Prevalece o lobby do atravessador, das distribuidoras que compram etanol por preço baixo e o entregam por um preço alto.



Raupp de São Agostinho, Senado

Reforma tributária é necessária e urgente, defende senador

Em discurso na segunda-feira, Eduardo Amorim afirmou que a origem da greve dos caminhoneiros é tributária, pois os impostos que aumentam o preço do óleo diesel pesam no bolso dos trabalhadores. Segundo o senador, atualmente 45% do preço do óleo diesel é composto de tributos. Para Amorim, a reforma tributária é a mais necessária e urgente para o país.

— Tributos demais penalizam sobretudo os que ganham pouco. Tributos demais geram injustiça social — afirmou.

Regina destaca apoio do povo a protestos contra a alta de preços

Agreve não acaba porque outros segmentos da população apoiam o movimento, disse Regina Sousa (PT-PI). A senadora observou que vários setores estão sufocados pelo alto preço dos combustíveis e frisou que os mais pobres não podem sofrer os efeitos das concessões do governo aos grevistas. O andar de baixo não aguenta mais, disse. Ela sugeriu a redução de gastos, começando pelo Senado.



Raupp de São Agostinho, Senado

Acir Gurgacz quer que Petrobras divulgue planilha de custos

Para Acir Gurgacz (PDT-RO), a solução para a crise só será encontrada quando a Petrobras abrir suas planilhas para que saiba ao certo os custos do óleo diesel, do etanol, do gás de cozinha e da gasolina no Brasil. Ele reclamou dos reajustes diários dos combustíveis. Para o senador, o caminhoneiro não consegue planejar o seu trabalho, pois paga um preço pelo diesel na viagem de ida e outro na volta.



Raupp de São Agostinho, Senado

Para Humberto Costa, preços altos derivam de petróleo importado

Humberto Costa (PT-PE) disse que os frequentes aumentos de preços dos combustíveis não se justificam. Para ele, o acompanhamento das cotações internacionais de petróleo deriva do sucateamento das refinarias brasileiras, que leva à dependência de combustíveis importados. O senador pediu a demissão do presidente da Petrobras, Pedro Parente, e de toda a sua diretoria.



Raupp de São Agostinho, Senado

Senador acusa Temer e Parente de provocar a crise dos combustíveis

Na segunda-feira, Humberto Costa acusou Michel Temer e o presidente da Petrobras, Pedro Parente, de favorecer os acionistas da estatal e prejudicar os cidadãos com uma política de preços injusta. Para ele, as reivindicações dos caminhoneiros são justas, pois os combustíveis subiram muito acima da inflação.

— O Brasil fez a opção de exportar o petróleo bruto e importar derivados. Ao mesmo tempo em que o preço interno é alto, as refinarias estão ociosas. É absurdo.

Fátima Bezerra denuncia venda de quatro refinarias

Fátima Bezerra (PT-RN) classificou de irresponsável não somente a política de preços da Petrobras, mas também a forma como o governo administra o patrimônio nacional. Além de vincular o valor do combustível ao preço do petróleo no mercado internacional, o governo vai vender quatro refinarias que respondem por 37% da capacidade de refino do país, disse a senadora.



Raupp de São Agostinho, Senado

É urgente conhecer o real lucro da Petrobras, diz Eduardo Lopes

Para Eduardo Lopes (PRB-RJ), é urgente saber qual o real lucro da Petrobras. Ele citou o anúncio do presidente Michel Temer de redução de R\$ 0,46 no preço do óleo diesel e lembrou que parte desse corte será custeado pelo próprio governo. O senador questionou os motivos de a estatal não assumir a redução de lucros ou de prejuízo eventual como qualquer outra empresa.

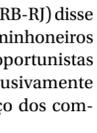


Raupp de São Agostinho, Senado

Greve abre espaço para oportunistas, adverte senador

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse que a greve dos caminhoneiros abre espaço para oportunistas que promovem abusivamente o aumento no preço dos combustíveis.

— Aproveitar e aumentar o preço dos produtos é pior que qualquer coisa, é deficiência de caráter muito grande. Lopes defendeu punição e multa para os donos de postos que aumentarem os preços na crise. Ele também questionou o lucro da Petrobras.



Raupp de São Agostinho, Senado

Para João Capiberibe, política de preços da Petrobras foi suicida

João Capiberibe (PSB-AP) criticou o presidente da Petrobras, Pedro Parente. Segundo o senador, não pode ser uma “pessoa boa quem executa uma política de reajustes diários, quem deixa de considerar a Petrobras como uma empresa nacional”.

— É evidente que não poderia dar em outra coisa. A política de preços que foi executada pela Petrobras foi suicida.



Raupp de São Agostinho, Senado

Rose de Freitas diz que desabastecimento no país é “dramático”

Rose de Freitas (Pode-ES) disse que não quer fazer julgamento sobre a manifestação dos caminhoneiros, mas apontou que o país já passa por um “dramático desabastecimento”, com falta de alimentos, cancelamento de aulas e suspensão de atendimentos de saúde.

A senadora cobrou investimentos em outros modais de transporte, como o ferroviário, e pediu atenção à reforma tributária.



Raupp de São Agostinho, Senado

Cristovam: governo falhou ao não prever a crise dos combustíveis

Cristovam Buarque (PPS-DF) protestou contra o que chamou de soluções improvisadas do governo diante da crise. O senador disse que as autoridades não conseguiram prever os efeitos da dependência da malha rodoviária, do incentivo à compra de caminhões e da oscilação dos preços do petróleo. Ele classificou como irresponsáveis os frequentes aumentos de preços dos combustíveis da Petrobras.



Raupp de São Agostinho, Senado

Vai ao Plenário projeto que destina verbas para urbanização de favelas

Aprovada ontem em comissão, proposta também garante apoio técnico para regularização fundiária de assentamentos urbanos

FAVELAS E ÁREAS de invasão poderão contar com pelo menos 2% dos recursos empregados anualmente no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), um subprograma do Programa Minha Casa, Minha Vida voltado especificamente às grandes cidades. O percentual é garantido por um projeto (PLC 64/2016) aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Além de destinar e vedar o contingenciamento desses recursos, a proposta assegura apoio técnico para a regularização fundiária de assentamentos urbanos. O texto também reserva 2% dos recursos para municípios com até 50 mil habitantes. O projeto, da deputada Soraya Santos (MDB-RJ), segue para o Plenário do Senado.

A proposta recebeu relatório favorável do senador Elmano Férrer (Pode-PI).

Segundo ele, o Minha Casa, Minha Vida repetiu e ampliou os erros do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), financiando apenas a construção de conjuntos habitacionais novos, em áreas distantes das cidades, sem infraestrutura, transporte ou emprego. “Essa orientação equivocada do programa criou para os municípios que receberam esses empreendimentos o ônus de atender um enorme déficit social, representado por bairros carentes de infraestrutura e, em muitos casos, dominados pela criminalidade”, avaliou.

Elmano lembrou ainda que a urbanização de favelas foi impulsionada pela Lei 13.465, de 2017, que removeu obstáculos à regularização fundiária, beneficiando milhões de moradores.

O Executivo deverá definir regras para seleção dos beneficiários dos recursos destinados pelo projeto. O regulamento também disporá sobre regras para a contratação dos financiamentos nas ações de regularização.



Elmano Férrer e Waldemir Moka na reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Para Ângela, aprovação de MP sobre servidores de ex-territórios é justa

Ângela Portela (PDT-RR) comemorou a aprovação da medida provisória que regulamenta a inclusão de servidores dos ex-territórios federais nos quadros da União (MP 817/2018). Ela informou que não conseguiu chegar a tempo da votação em Plenário devido à crise de abastecimento.

— Felicitos a todos pela aprovação da MP, porque a vejo como uma forma de se fazer justiça para um grupo de servidores, de pessoas que durante tanto tempo foram invisíveis para o Estado — disse a senadora.



Roque de Sá/Agência Senado

Cassol comemora regra para transferência dos servidores de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) comemorou, na segunda-feira, a aprovação da medida provisória que regulamenta a transferência dos funcionários dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá para os quadros da União (MP 817/2018).

— Esse projeto garante aos servidores que ajudaram a integrar à Amazônia, para não entregá-la aos estrangeiros, o direito de viver com dignidade e respeito no final de suas vidas — disse o senador, acrescentando que, quando governou Rondônia, reintegrou mais de 10 mil servidores.



Roque de Sá/Agência Senado

Mel e produtos apícolas poderão ter fiscalização específica

Mel, cera, própolis, geleia real e demais produtos da apicultura não seguirão mais as mesmas regras de inspeção de produtos de origem animal, previstas na Lei 1.283, de 1950, mas normas específicas, definidas em regulamento. É o que determina o PLC 36/2017, aprovado ontem pela Comissão de Agricultura (CRA).

Pelo texto, quando se tratar de estabelecimentos de pequeno porte, as ações de inspeção e fiscalização deverão ter natureza “prioritariamente orientadora”.

— Concordamos com o autor do projeto, que argumenta que não faz sentido que se apliquem ao mel e a outros produtos apícolas as mesmas regras aplicáveis a grandes abatedou-

ros de animais, frigoríficos, granjas e indústrias de laticínios, por exemplo — disse a relatora na CRA, senadora Regina Sousa (PT-PI).

Atendendo a uma preocupação dos produtores de mel, Regina apresentou emenda para retirar o trecho do projeto que reclassifica o mel de produto de origem animal para de origem mista. O temor da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (Abemel), manifestado em audiência no Senado, é de que a mudança de definição afete as exportações, tendo em vista que muitos países não reconhecem essa classificação estabelecida no projeto.

— A conceituação do mel como produto misto ficaria em desarmonia com

o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel aprovado pelo Ministério da Agricultura, que define o mel como o produto alimentício produzido pelas abelhas melíferas. Além disso, a literatura relacionada ao assunto é enfática ao estabelecer que, ainda quando produzido a partir do néctar das flores, o mel é, de fato, elaborado pelas abelhas — disse Regina.

A alteração da definição, conforme a relatora, também poderia facilitar a falsificação do produto natural, de origem animal, por meio da adição de produtos de origem vegetal, como o melaço da cana-de-açúcar.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Avança individualização de dívidas com o Banco da Terra

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou ontem proposta que permite a individualização de dívidas rurais contraídas com o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) após aprovação pela maioria da assembleia geral de cada associação, consórcio ou cooperativa. A proposta (PLC 151/2017) segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo texto, aprovado pela Câmara no fim de 2017, a individualização valerá para todos os beneficiários do empreendimento depois da decisão da assembleia geral.

O projeto altera a Lei 11.775, de 2008, que instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Hoje, essa lei condiciona a individualização de contratos à aprovação de todos os beneficiários de determinado empreendimento, e não à decisão da maioria.

O relator da proposta, senador Waldemir Moka (MDB-MS), concorda com o argumento do autor de que a Lei 11.775 é antidemocrática por não respeitar a decisão da maioria.

Reforma trabalhista levou o Brasil à lista suja da OIT, diz Vanessa

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ao aprovar a reforma trabalhista, o Congresso foi cúmplice com o ataque a direitos trabalhistas. O país, disse ela, passou a fazer parte da lista de países que violam as normas de proteção internacional do trabalho, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

— Negociações que eram coletivas passaram a ser entre patrão e empregado. Acertos individuais são aqueles em que o patrão manda e o empregado obedece para não perder o emprego.



Roque de Sá/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova Ministério da Segurança

Medida provisória que criou Ministério da Segurança Pública foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão, pois foi modificada por emendas acolhidas pelo relator

A CRIAÇÃO DO Ministério da Segurança Pública foi aprovada ontem na comissão mista especial da Medida Provisória (MP) 821/2018, que trata do assunto. A proposta, que teve vigência prorrogada até 26 de junho, precisa ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

O projeto de lei de conversão apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC) acolheu emenda do deputado Sergio Vidigal (PDT-ES) que suprime o termo “extraordinário” da denominação da nova pasta. A intenção é que o novo ministério não seja “provisório ou temporário, mas, sim, definitivo”, destaca o relator.

Também foram acolhidas emendas da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ) e do deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP) que mantêm a Polícia Ferroviária Federal e a guarda portuária no âmbito do ministério. Outra emenda, do deputado Silas Câmara (PRB-AM), prevê a adoção de modelo de gestão de tecnologia para a integração dos centros de controle de segurança pública

implantados para a Copa do Mundo de 2014.

O relator também apresentou complementação de voto ao relatório lido na comissão mista na quarta-feira. A alteração deixa claro que policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal só poderão ser cedidos a fim de exercer a mesma função em órgãos da União ou do DF, e não dos estados.

— É para evitar pedido de policial para ir para assembleia legislativa ou Congresso Nacional como chefe de gabinete ou assessor. É possível conceber a cessão, desde que seja para função correlata — afirmou.

Escola

Dário Berger acrescentou ainda quatro emendas de relator ao texto original da MP. A primeira institui dispositivos que atribuem ao ministério, junto com a administração federal, competência para coordenar a instituição de Escola Superior de Altos Estudos sobre Segurança Pública. Também autoriza a criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Se-



Dário Berger, ao lado do deputado Gilberto Nascimento, presidente da comissão: ministério não será temporário

gurança Pública (Inesp).

A segunda emenda altera o modo de requisição de militares. O relator propõe que o ministério possa, em caráter excepcional e com anuência do ministro da Defesa, solicitar militares das Forças Armadas ao presidente da República.

A terceira emenda trata da cessão de militares e policiais civis do DF para cooperar com outros órgãos públicos, em especial no que tange à remuneração. Também restringe o poder contido nos regulamen-

tos das polícias militares e dos bombeiros militares.

— O DF é um caso à parte em relação à segurança pública. Tem um fundo constitucional que se destina à segurança pública, diferente dos outros estados. Como o DF tem a responsabilidade de fazer a segurança do governo federal, tem peculiaridades próprias, aceitei fazer o disciplinamento na cessão de policiais, pois eles estão enfrentando problemas com o TCU — afirmou Dário.

A quarta emenda renúmer

incisos de dispositivo que trata dos órgãos integrantes da estrutura básica do ministério.

O Ministério da Segurança Pública integra as forças policiais dos estados, municípios e do Distrito Federal. A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional e a Força Nacional estão subordinados à nova pasta, que tem a atribuição de planejar e administrar a política penitenciária nacional e coordenar a ouvidoria das polícias federais.

Avança medida que estimula crédito para irrigação

Foi aprovada ontem em comissão mista uma medida provisória que altera a Política Nacional de Irrigação para

impedir que o agricultor que descumpra as obrigações legais dos projetos públicos de irrigação perca a propriedade

do imóvel. Pela MP 824/2018, o poder público não poderá retomar a terra que estiver hipotecada ao banco oficial responsável pelo financiamento do projeto de irrigação.

A MP teve relatório favorável do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) e segue aos Plenários da Câmara e do Senado.

O objetivo do texto, diz o governo, é incentivar os financiamentos de projetos públicos de irrigação, que perderam espaço por conta do receio dos bancos de conceder créditos com garantias hipotecárias.

MP dispensa retenção de tributos em passagens para órgão público

A medida provisória que permite que órgãos públicos comprem passagens aéreas com cartão corporativo sem pagar quatro tributos, entre eles, a Cofins, foi aprovada ontem pela comissão mista.

O relatório, favorável à MP 822/2018, foi do deputado Delegado Edson Moreira (PP-MG). A compra ficará livre também do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do

PIS/Pasep. Essa dispensa vai valer até dezembro de 2022.

A MP também revoga um ponto da Lei 13.594, de 2018, que limitou os benefícios do Recine, em 2018 e 2019, aos valores previstos nas leis orçamentárias. No ano passado, o Recine possibilitou a construção ou ampliação de 383 salas de cinema, em 17 estados, destacou o senador Pedro Chaves (PRB-MS).

A MP segue para os Plenários da Câmara e do Senado.



Amorim entre o deputado Claudio Cajado e o senador Roberto Rocha

Dados sobre ciganos precisam de atualização, dizem debatedores

A defasagem de dados sobre a população cigana prejudica a aplicação de políticas públicas voltadas a esses povos. Essa situação foi apresentada pelos convidados da audiência pública sobre o Estatuto do Cigano, realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A iniciativa foi de Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto do estatuto (PLS 248/2015), preparado com apoio da Associação Nacional de Etnias Ciganas (Anec).

Desde 2014, os povos ciganos não aparecem nas pesquisas municipais do IBGE. Segundo a representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Natasha Barbosa, há pelo menos três

etnias ciganas no país: calom, rom e sinti. Os acampamentos ciganos encontram-se em 291 municípios, localizados em 21 estados. Para os debatedores, a atualização desses dados é importante para iniciar diálogo com gestores públicos.

Segundo o representante dos ciganos do Rio Grande do Norte, Omar Ivanovichi, cada etnia cigana tem suas especificidades e isso deve ser observado na coleta de dados para que cada um seja valorizado dentro da sua cultura.

— Há ciganos que não querem mais viver em barracas ou acampamentos. Por isso, é preciso fazer um recorte das realidades diferentes, mesmo sendo de um mesmo grupo.

Na sexta-feira, o Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação ao IBGE para que inclua os povos ciganos na pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2018 e no próximo censo demográfico, que deve ser realizado em 2020.

Segundo debatedores, práticas de discriminação e preconceito contra o povo cigano são

latentes. Para a representante da Associação dos Ciganos do Ceará, Paloma Maia, é preciso que as escolas ensinem a história do povo cigano.

Para Paim, a fiscalização sobre os povos ciganos é exagerada e dificulta o dia a dia dessas pessoas no tocante à moradia e ao trabalho.

— Muitos questionam se os ciganos irão trazer gastos para a União. Os ciganos só não querem ser invisíveis. Ficam doentes, trabalham, vivem. Eles querem ser iguais perante a lei e perante os outros — disse.

Estatuto

Para o representante dos ciganos de Alagoas, José Willams da Silva, o estatuto vai assegurar os direitos de um povo que vive à margem da sociedade.

— É preciso conhecer a nossa cultura e nossa vivência, não devemos ser julgados injustamente — disse.

Relatada por Hélio José (Pros-DF), a proposta receberá decisão final na CDH, podendo seguir para a Câmara.



Paulo Paim (D) debate projeto de estatuto com representantes de ciganos



Vice-presidente da comissão, Pedro Chaves, e Dário Berger à mesa; na bancada, Lasier Martins e Marta Suplicy

Projeto destina recursos para o esporte nas escolas

Foi aprovada ontem, na Comissão de Educação, proposta que determina a aplicação de parte das verbas de loterias para maior integração do sistema esportivo nacional com colégios e universidades

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem projeto de Lasier Martins (PSD-RS) que destina mais recursos das loterias esportivas para o desporto escolar e busca maior integração do sistema esportivo nacional com as escolas. O projeto deve seguir agora para a Câmara, a menos que haja pedido para que seja analisado antes pelo Plenário.

Pelo PLS 25/2017, do adicional de 4,5% do valor de cada bilhete lotérico que é repassado ao Ministério do Esporte, um terço deverá seguir para as secretarias de Esporte estaduais. Esse repasse deverá ser proporcional ao montante das apostas efetuadas em cada estado.

Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos federais, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que desenvolvam projetos de formação esportiva ou que auxiliem projetos de desporto educacional.

A proposta também determina que 10% da parte repassada pelas loterias aos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros (COB e CPB) terão que ser aplicados no desporto escolar de educação básica, por meio de planejamento definido junto com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar. Outra cota, de 5%, será destinada à educação superior, também em programação definida junto com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

O texto também prevê a educação física como componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno. Os sistemas de ensino deverão desenvolver abordagens específicas de desporto educacional voltadas para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esses sistemas deverão também oferecer aos índios, suas comunidades e povos,

atividades de desenvolvimento e valorização do desporto.

“As mudanças buscam o incremento da estrutura desportiva dentro do modelo educacional. Nosso imenso potencial deve ser mobilizado para que nos tornemos um país com bons resultados esportivos, mas especialmente para que sejam mais difundidas as práticas que promovam a saúde, a interação social e o lazer”, diz o relator da proposta, Cristovam Buarque (PPS-DF).

O que muda por meio do PLS 25/2017

ALTERAR A LEI PELÉ PARA:

- Enfatizar a aplicação no desporto educacional de recursos do Ministério do Esporte decorrentes de loterias.
- Destinar recursos do Ministério a instalações desportivas escolares e ao apoio para o desporto educacional de pessoas com deficiência.
- Condicionar isenções fiscais e recursos federais a entidades do Sistema Nacional do Desporto, ao desenvolvimento de projetos de formação esportiva e ao desporto educacional.
- Priorizar parcela maior dos recursos destinados aos Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico Brasileiros (CPB) com o desporto escolar.
- Determinar que os recursos do Ministério do Esporte não aplicados em outras destinações poderão ser investidos em programas de desenvolvimento do desporto educacional.
- Prever a possibilidade de o Conselho Nacional de Esporte (CNE) propor o desenvolvimento do desporto educacional como prioridade do plano de aplicação de recursos do ministério.

ALTERAR A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO PARA:

- Prever o incentivo ao desporto nacional como um dos princípios da educação brasileira.
- Determinar que a educação física será integrada aos programas de desporto educacional dos sistemas de ensino.
- Assegurar o desenvolvimento de atividades esportivas a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- Oferecer aos índios, suas comunidades e povos, atividades de desenvolvimento e valorização do desporto, assim como incentivar o desporto educacional aos estudantes indígenas da educação básica.

Proposta obriga o cálculo do Ideb para todos os colégios

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o projeto de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) que torna obrigatório o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para todos os estabelecimentos de ensino do país, sejam eles públicos ou privados (PLS 299/2014). Devem ficar de fora desta obrigatoriedade, segundo o projeto, apenas as escolas que se dedicam à educação especial.

O Ideb é um indicador estatístico de qualidade da educação, que combina informações de rendimento escolar de estudantes do ensino fundamental e médio (taxas de aprovação, calculadas a partir do Censo Escolar) com informações de desempenho obtidas em exames que integram o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é composto por três

avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

A análise deste projeto já pode seguir para a Câmara, a menos que haja um recurso para que passe antes pelo Plenário do Senado.

A CE ainda aprovou, a pedido de Cristovam Buarque (PPS-DF), a inclusão do reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e presidente da Comissão de Orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centoducatte, na audiência pública que será realizada hoje a respeito da crise financeira por que passam as universidades brasileiras.

Dia Nacional da Imigração Chinesa segue ao Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o relatório de Marta Suplicy (MDB-SP) ao PLC 42/2018, que estabelece 15 de agosto como o Dia Nacional da Imigração Chinesa no Brasil. A data foi a escolhida porque neste dia, em 1900, ocorreu a chegada oficial dos primeiros imigrantes chineses a São Paulo, segundo registros oficiais. A análise da proposta segue ao Plenário do Senado.

Marta lembrou que o Brasil é hoje um dos principais destinos do imigrante chinês. Segundo dados da Polícia Federal, os chineses já representam cerca de 5% dos imigrantes registrados no país. Ela lembrou que a comunidade chinesa no Brasil só menor do que as existentes na Bolívia, nos Estados Unidos e na Argentina.

— Em São Paulo, eles estão presentes nas mais diversas áreas. São médicos, advogados, professores, profissionais liberais, donos de

mercadinhos e restaurantes. Também encontramos profissionais e técnicos ligados a empresas chinesas que vieram investir em nosso país — destacou a senadora.

Ela ressaltou que o fluxo de chineses para o Brasil tornou-se mais dinâmico a partir da década de 50. O processo que ganhou mais força após a adoção da política de abertura no país asiático na década de 80, proporcionando a vinda de empreendedores.

— É este empreendedorismo com feições globais que a China exporta hoje. São jovens profissionais altamente qualificados, cosmopolitas, que chegam para trabalhar em empresas das quais são gerentes. Após estes mais de 100 anos de integração, a cozinha típica, as artes marciais, os conhecimentos próprios em medicina e as técnicas especiais de terapias são alguns dos grandes legados que se incorporam à nossa cultura.

Professores poderão ter noções de primeiros socorros para emergências médicas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o projeto que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros aos professores e funcionários das escolas públicas e privadas. A medida abrange os profissionais da educação básica e da recreação infantil. O PLC 17/2018 segue agora para a Comissão de As-

suntos Sociais (CAS).

A quantidade de profissionais capacitados em cada escola deverá guardar uma proporção com o tamanho do corpo de funcionários ou com o fluxo de matriculados.

Os cursos deverão ser ofertados anualmente, focados em capacitação ou na reciclagem se for o caso, sendo ministra-

dos por entidades especializadas em práticas de auxílio emergencial à população, no caso das escolas públicas, ou por profissionais habilitados, no caso das escolas privadas.

O conteúdo deverá ser voltado a capacitar os educadores para identificar e agir preventivamente em situações de emergências e urgências

médicas, até que o suporte médico especializado torne-se possível.

O texto determina que as escolas deverão dispor de kits de primeiros socorros. A não realização dos cursos poderá sujeitar os responsáveis pelos estabelecimentos a multas e à cassação do alvará de funcionamento, ou à responsabiliza-

ção patrimonial, no caso dos agentes públicos.

O projeto determina que as escolas deverão estar integradas à rede de atenção de urgência e emergência da sua região e estabelecer fluxo de encaminhamento a uma unidade de saúde de referência. A relatora foi Rose de Freitas (Pode-ES).